

A MILITÂNCIA COMO DEVOÇÃO: A PRIMEIRA GERAÇÃO DE MILITANTES DO MST

*Débora Franco Lerrer**

Resumo: O processo de expansão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST para o Nordeste ocorreu a partir do envio de militantes sulistas, particularmente de Santa Catarina, que migraram para o Nordeste entre 1985 e 1988 e que vivem nessa região até hoje. Com base na análise da trajetória desses atores, revela-se um estilo de militância que foi sendo construído, muitos jovens, de origens sociais e culturais semelhantes e que, assim como os missionários religiosos, deram sua vida para gestar e reproduzir a identidade dos “sem-terra”.

Palavras-chave: Movimento social. Trajetória. MST.

Abstract: The process of expansion of the Landless Workers Movement - MST for the Northeast is due to the sending of southern militants, particularly from Santa Catarina, who migrated to the Northeast between 1985 and 1988, and live there until today. Through the analysis of the trajectory of these actors, one can see how a militancy style was built. At the time, very young people with similar social and cultural origins, like religious missionaries, gave their life to generate and to reproduce the “landless” identity.

Keywords: Social movement. Trajectory. MST.

A articulação e as ações, que deram origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, ocorreram no Sul do Brasil, mais precisamente na região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, em fins dos anos 70. Essa região já há algumas décadas era a principal procedência de muitas famílias de agricultores gaúchos que, em busca de terras mais baratas, ocuparam o Oeste de Santa Catarina, o Sudoeste do Paraná e o Mato Grosso do Sul e, mais recentemente, as terras do Mato Grosso, da Amazônia e dos cerrados do Nordeste e do Centro-Oeste.

No processo de ampliação de sua atuação para os demais estados da federação, o MST também promoveu uma migração, enviando militantes, sobretudo dos três estados do Sul, mas também de outros, como Espírito Santo, Rondônia e Piauí, para difundir sua “metodologia”¹ de luta pela refor-

* Jornalista e doutora em ciências sociais pelo CPDA/UFRRJ. Este trabalho é baseado em minha tese de doutoramento: “A trajetória de militantes sulistas: nacionalização e modernidade do MST” (CPDA/UFRRJ), julho de 2008.

¹ Termo que muitos dos militantes utilizam para chamar seu processo de organização e articulação para reunir sem-terras, promover ocupações e organizar acampamentos.

ma agrária em alguns estados do Nordeste, do Sudeste e do Centro-Oeste. Este trabalho se propõe a apresentar a trajetória de alguns militantes sulistas que foram para o Nordeste em meados dos anos 80 de modo a levantar aspectos culturais, sociais e políticos desse padrão de migração desenvolvido pelo MST, que ocorreu não só no Nordeste, mas em outros estados da federação. Foi por meio desse processo que, em menos de uma década, este movimento social logrou se nacionalizar, implantando efetivamente sua metodologia de lutas, assim como desenvolvendo sua identidade política e estilo de militância.

Fundado oficialmente por cerca de cem pessoas em Cascavel (PR) em janeiro de 1984, o MST realizou seu primeiro Congresso, em 1985, quando elegeu sua primeira coordenação nacional. Durante esse evento, foi tomada a definição de que a nascente organização dos “sem-terra” deveria tornar-se um movimento de massas para conquistar terra e reforma agrária em todos os estados do país, mediante trabalho de base para organizar os trabalhadores, o fortalecimento da participação nos sindicatos e partidos políticos e o investimento na formação política a fim de criar uma direção política composta pelos próprios trabalhadores. Instituído como lema de encerramento “Sem Terra não há democracia”, o Congresso também estruturou a Coordenação Nacional do Movimento, com dois representantes de cada um dos doze estados presentes. Como o próprio jornal do MST deixa explícito, a “tarefa” de todos os coordenadores nacionais, muitos dos quais até então vinculados ao movimento sindical ou à CPT, era voltar para seu estado e organizar ocupações de terra, fortalecendo a estruturação estadual do MST. Como mostraram as histórias de vida retratadas por Scolese (2008), a maior parte dos membros dessa primeira coordenação nacional, saíram poucos anos depois do recém-fundado movimento social, dando outro rumo para sua vida. Apenas cinco das catorze lideranças entrevistadas para o livro (dois catarinenses, um baiano e dois gaúchos), mantêm vínculos orgânicos com o MST hoje em dia. No entanto, em 1989, e apesar das derrotas institucionais sofridas, sobretudo na Constituinte de 1988, o MST continuou seu processo de articulação e crescimento pelo país, o que atesta que o novo movimento social estava desenvolvendo uma dinâmica interna bastante rica. Como observa Coletti (2005), os poucos assentamentos criados pelo governo Sarney – 6% das metas do PNRA – deveriam-se em grande parte à capacidade de luta e resistência do MST, que saiu da “Nova República” presente em dezoito estados brasileiros, sobretudo no Nordeste, demonstrando, segundo este autor, “enorme capacidade de organização interna e de ofensiva política”. A expansão desse novo movimento social de doze para dezoito estados em tão poucos anos foi resultado de um processo que continuou a se reproduzir com intensidade na história do MST: o envio de jovens, sobretudo sulistas, para as regiões onde o recente movimento social procurava se implantar. Nesse processo, eles seguiam o diagnóstico do so-

ciólogo e assessor da CPT na época, José de Souza Martins, que afirmava que o movimento tinha mais chances de dar certo se fosse nacional, com especial atenção à sua fixação no Nordeste, onde estavam 60% dos acampamentos do país (SCOLESE, 2008, p.91). Este trabalho visa retratar essa trajetória de expansão do MST no Nordeste, com base na vida de quatro militantes sulistas que foram designados para ajudar a “construir” o novo movimento nessa região e vivem lá até hoje, ocupando cargos de liderança da organização. Na prática, aqueles jovens de então acabaram tornando-se os primeiros militantes “formados” pela escola tanto prática como teórica do MST e tiveram o importante papel de reproduzir lideranças de base para formar novos acampamentos e ocupações de terra em todos os lugares para onde foram designados.

O Estado da Bahia foi o primeiro a receber um militante sulista do MST. Paulo chegou a esse estado em 25 outubro de 1985, poucos meses depois da realização do I Congresso, ocorrido no fim de janeiro desse ano. Embora, no Congresso, o recém-fundado movimento tivesse conseguido garantir a participação de 1500 agricultores que representavam vários estados do país, logo ficou claro que as lutas não iriam se desenvolver no Nordeste da mesma maneira como vinham se processando no Sul, pois as “ocupações” não aconteciam, como passaram a ocorrer, como, por exemplo, em Santa Catarina, onde 2 mil famílias ocuparam simultaneamente dezoito áreas em sete municípios na mesma noite de maio em que o recém-empossado governo de Sarney anunciava seu Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), da Nova República, durante o 4º Congresso da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

Segundo alguns depoimentos, enviar militantes sulistas foi a solução encontrada diante da constatação de que os representantes que vieram dos estados do Nordeste para I Congresso do MST “tinham vínculo sindical ou eram de ONGs”. Segundo Joana,² quando esses representantes retornaram para seu estado, “não vieram para a base organizar os sem-terra”. Na prática “quem veio para organizar os sem-terra, para ir fazer reunião de base mesmo, foi nós”. Artur, outro militante que chegou na região na mesma leva, conta que, na Bahia, marcava-se ocupação, mas ela não saía. “Já fazia tempo que era pra fazer e eles não conseguiam”.

² Todos os nomes são fictícios para preservar a identidade dos entrevistados. Para tratar do tema desenvolvido neste trabalho, foram realizados trabalhos de campo em Sergipe, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Sul, onde me dirigi a assentamentos, centros de formação e me hospedei entre militantes e assentados do MST. A pesquisa também se baseia em entrevistas presenciais com os atores-chave desse processo, tanto nesses locais como em cursos, reuniões e mobilizações do MST, tais como a Conferência Dilemas da Humanidade, em julho de 2004, a Marcha Nacional de Goiânia a Brasília, realizada em maio de 2005, e a fundação da Escola Nacional Florestan Fernandes, em janeiro do mesmo ano. Duas das entrevistas foram feitas em visitas que fiz – em maio de 2005 e abril de 2006 – à primeira turma do MST do Curso de História, Turma Apolônio de Carvalho, que então cumpria seu ano letivo na Universidade Federal da Paraíba. As demais foram feitas no Rio de Janeiro (RJ) em fevereiro de 2006 em Aracaju (SE) e Caruaru, em junho de 2006, e em Guararema (SP), em fevereiro de 2008.

Segundo Paulo, sua ida para Teixeira de Freitas, no extremo sul da Bahia, foi fruto do fato de que a “referência” que o MST tinha lá, ou seja, o representante desse estado presente na Coordenação Nacional do MST eleita seis meses antes no Congresso, “requisitou ajuda”. Ele conta que foi criada uma nova diocese, mas o bispo, que a assumiu em maio, expulsou a CPT do município, instituição à qual a “referência” do MST era ligada. Com a expulsão da Comissão Pastoral, “essas pessoas que estavam lá e que eram combativas, acabaram ficando sem função ou foram embora”, recorda.³

Com a intenção de ficar apenas dois meses e voltar para o Sul para concluir o último semestre de seu curso de Teologia, Paulo ficou até o final do ano e voltou para o Sul para participar do Encontro Nacional, ocorrido em janeiro de 1986. Na ocasião, entretanto, acabou assumindo a tarefa, definida pela Direção do MST, de “acompanhar o Nordeste”, o que compreendia os nove estados da região, mais Minas Gerais, Pará e Rondônia.⁴ De fevereiro de 1986 a fevereiro de 1987, Paulo ficou morando em São Paulo, mas passava a maior parte do tempo “na estrada”, ou seja, percorrendo, sem moradia fixa, os vários estados do Nordeste que tinha por “tarefa” acompanhar. A partir de 1987, decidiu fixar moradia no Sul da Bahia:

Percebi que não tinha sentido eu ficar em São Paulo pra viajar lá pelo Nordeste. Só voltava pra cá para me conjunturar um pouco, né? Então foi quando eu decidi mudar para o Nordeste. Ficar mesmo lá e estruturar então o Movimento mais propriamente no Nordeste a partir de lá.

Casou-se com uma baiana, tem dois filhos e lá vive até hoje, agora em um assentamento. Explicando seu deslocamento inicial para a Bahia, diz:

O único elemento que definiu foi justamente essa solicitação porque o Movimento era do Sul. E havia inclusive uma análise de que o Movimento não poderia sair do Sul. Ele tinha que ficar no Sul. E no Nordeste que continuasse outras lutas. E nós, meio ingenuamente, achávamos que não. Tem que nacionalizar, tem que ter um movimento grande mesmo. A própria CPT exigiu um pouco essa idéia, de que tinha que ter unidade. Como houve esse problema lá, então eu fui.

Por estar mais vinculado ao “setor de formação”, além de procurar criar espaço para o surgimento do MST nos estados nordestinos, Paulo também estava incumbido de criar as chamadas “escolas sindicais” que eram “uma tentativa de formar militantes” tanto para o sindicalismo como para o MST. Em abril de 1986, para contribuir junto com Paulo para a formação política, outro catarinense desembarcou na Bahia, Adelmo, que de-

³ Há uma relação tensa e complexa entre a CPT e a hierarquia da Igreja em vários locais, uma vez que os bispos têm a prerrogativa de deixar a CPT funcionar ou não (NOVAES, 1997).

⁴ Embora tenha me deparado com referências aos processos de decisão interna do MST, este não é tema deste trabalho.

pois viveu em vários estados, sempre envolvido nesse setor do MST. A preocupação com esta área, por sinal, foi uma constante em toda a trajetória histórica do Movimento e se manifesta com grande nitidez na proliferação de cursos com diversos objetivos que se multiplicam em seu calendário em todos os estados onde está organizado.⁵

Segundo Paulo, a chegada do MST nesses estados não pode ser associada somente às ocupações, pois neles “o grande elemento de construção” do Movimento foi o processo de convencimento das lideranças que já existiam nesses locais, oriundas da Igreja e do sindicalismo:

Você não constrói uma força política se você não é bem aceito. Então qual é que foi meu trabalho? Eu levei um ano, até mais em alguns estados, até dois anos. No caso da Paraíba, nós levamos cinco anos para poder chegar... porque é você ir cativando, convencendo aquelas lideranças que já existem, que são da Igreja, do sindicalismo, que você não vai disputar espaço com eles, que você vai contribuir, você vai ampliar a força.

Nesse processo de “ganhar essas pessoas” para promover a estruturação do Movimento, Paulo tinha como grande chancela o fato de ser seminarista de D. José Gomes, bispo de Chapecó, famoso por sua atuação na ala progressista da Igreja Católica e membro ativo da CPT. Ele recorda que, como “tinha um pouco desse sinal”, muitas portas na região iam se abrindo. Hospedava-se na casa das lideranças locais, criava laços de amizade, contribuía para a estruturação das entidades de seus anfitriões, nos encontros locais das CEBs e da CPT, visitava bispos, padres, sindicatos, apresentando o MST e o que este recém-fundado movimento social vinha desenvolvendo no Sul do país. À medida que davam o “sinal verde”, dizendo que queriam começar, Paulo aproveitava para convidar alguém do Sul para vir “ajudar” a fazer as lutas. Foi dessa forma que foram chegando ao Nordeste mais militantes, oriundos de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo.

Falando desse mesmo período, Fernandes (2000) considera que o “nascimento” e o início do MST em cada um desses estados se deram com uma ocupação de terra, desconsiderando o processo de construção do Movimento, anterior à realização dessas ações. Discordando dessa interpretação, Paulo acha que esse modo de se aproximar, por meio da “amizade”, do “afeto” e de ir costurando alianças foi o grande diferencial do trabalho que eles desenvolveram. “Não sei se por virtude, se por falta de espaço, falta de condições para fazer o trabalho. Tinha que se agarrar em todo mundo”. Outro “princípio” que ele cita ter estado presente nesse processo era o respeito pelo trabalho que estava feito: “Você não chega lá achando que sabe mais do que eles. Chegue com humildade”.

⁵ Mesmo nos encontros estaduais ou de coordenação nacional que tive oportunidade de acompanhar havia sempre um período da reunião dedicado ao “estudo”.

Mas, apesar de todos esses cuidados, a chegada do MST nesses lugares logo gerou conflitos tanto com algumas regionais locais de sua “genitora”, a CPT, como com o sindicalismo rural. Esses conflitos são descritos por Fernandes (2000), que relata a resistência da CPT ao fato de que eram militantes oriundos de outros estados os promotores desta nova forma de luta baseada em ocupações de terra e acampamentos. De acordo com esse autor, em alguns desses estados do Nordeste, a argumentação das entidades mediadoras locais era de que a cultura local não se adaptaria a essa nova forma de luta.

Paulo conta que a relação com os sindicatos variava de estado para estado. Na Bahia, eles tiveram “facilidades”, pois havia uma “integração natural”. Teixeira de Freitas era um município recém-emancipado. Em maio foi criada a diocese e em outubro houve eleições para eleger o prefeito. Paulo chegou numa quinta-feira de outubro e, no domingo, era fundado o sindicato dos trabalhadores rurais do município. Já participando do processo e com uma verba mensal para manter uma secretaria na cidade, o MST acabou alugando uma sala onde passou a funcionar junto com o sindicato. Esse recurso também foi usado para liberar o presidente da entidade páramilitar. Ele era bóia-fria e trabalhava para uma empresa de eucalipto da região. Com a chegada do Movimento, passou a receber um salário mínimo para ser presidente do sindicato e poder sair da empresa.

Então, na hora de organizar a primeira ocupação, ele também foi um mobilizador e fomos então articulando os outros sindicatos. A primeira ocupação foi uma força conjunta, o MST e o sindicato. Existem vários presidentes dos sindicatos que foram assentados.

Paulo explica que esse tipo de associação inicial entre o MST e sindicatos ocorreu em alguns locais de Alagoas e de Sergipe, mas não foi conseguida nem na Paraíba, nem em Pernambuco. Neste último estado, por exemplo, a Fetape, vinculada à Contag,⁶ tinha já grande penetração e tradição junto aos trabalhadores e era, como demonstra Rosa (2004), a interlocutora preferencial do Estado no que se refere às demandas dos trabalhadores rurais. Esse aspecto explica, de certo modo, o retardamento da implantação e estruturação do MST nesses estados. O mesmo pode ser dito em relação a setores da Igreja. Em alguns estados houve uma boa articulação inicial, como em Sergipe, na Bahia, mas em outros, como é o caso da Paraíba, a própria CPT, que já fazia ocupações e acampamentos de sem-terra, acabou bloqueando por muito tempo a implantação do MST nesse estado.

⁶ Como explica, Medeiros (1989), a Fetape era a principal sustentação política da Contag e o local de onde saiu seu principal dirigente nos anos 70 e 80.

A articulação com as Igrejas Cristãs – Luterana e Católica –, e os sindicatos reproduziu-se também na formação do MST na região Sul. Muitos dos dirigentes do MST, e mesmo seu mais longo deputado federal, Adão Pretto,⁷ tiveram sua passagem pelos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs), mais precisamente, os que recebiam forte influência da ação pastoral progressista. Segundo Esterci (1990), no fim da década de 70, havia um trabalho conjunto entre sindicatos “combativos”, “Comissões de Sem Terra” e comunidades de colonos, todos assessorados principalmente pelas pastorais da Igreja Católica. Essas articulações regionais se unificaram em 1984, com a fundação do MST, e este passou a reivindicar autonomia em relação aos sindicatos de trabalhadores rurais. No entanto, no início de sua formação, o MST contava frequentemente com o apoio dos sindicatos, já que suas estruturas eram necessárias, principalmente nas áreas onde ele procurava se expandir. Por conta da necessidade de manter essa estrutura de apoio, o MST, em especial na região Sul, acabava se envolvendo também na substituição das direções dos sindicatos não comprometidos com a luta pela terra. É interessante observar que a necessidade de criar um movimento autônomo, engajado principalmente com a luta pela terra e pela reforma agrária, refletia as limitações que a estrutura sindical organizada em âmbito municipal oferecia para essas ações, que, para serem efetivas até em termos operativos, ou seja, na busca e localização de terras a serem ocupadas, não poderia se confinar às fronteiras municipais e, sim, adquirir uma abrangência regional e nacional.⁸

Em agosto de 1986, em meio a um constante crescimento do número de assassinatos de sindicalistas, padres e trabalhadores rurais, com destaque para a morte anunciada de Padre Josimo, assassinado em maio, o MST anunciou no editorial de seu jornal mensal, o “Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, um projeto de organização do movimento e de formação de militantes. Direcionando seu discurso tanto para o “Movimento Sem Terra”, como para o “Movimento Sindical” para “romper as barreiras dos interesses municipais” e impulsionar as organizações de base e as articulações em nível estadual e nacional, o editorial também enfatizou a importância de “fortalecer a autonomia do Movimento na mão dos trabalhadores” e de intensificar cursos para “formar e preparar melhor” suas lideranças. É importante frisar que, em termos de sindicatos de trabalhadores rurais (STRs), esse discurso estava voltado mais especificamente para as chamadas “oposições sindicais”, que disputavam as direções dos STRs com o movimento sindical “contaguiano”. As lideranças dessas “oposições” no Sul do país tinham origens sociais bem pró-

⁷ Pretto foi presidente do STR de Miraguaí, na região do Alto Uruguai gaúcho, e foi se reelegendo como deputado federal, representando o MST na Câmara dos Deputados, desde o fim dos anos 80 até seu falecimento em 2009.

⁸ Essa necessidade foi também uma das razões do afastamento do MST dos sindicatos com os quais inicialmente havia “costurado” apoio.

ximas dos militantes “sem-terra”, bem como passaram pela mesma formação, na Pastoral Rural e na Pastoral da Juventude.

O editorial também defendeu a necessidade de que cada estado “complete as vagas dos cursos em andamento”, anunciando a criação de um curso “especial” para “jovens-professores” que seria “a nível nacional” a ser realizado a partir de outubro de 1986. Na mesma página do editorial, um box intitulado “Vida do Movimento” informou a visita de “dois gaúchos” à Paraíba. Acampados na fazenda Anoni, o casal Idêneo e Teresinha Vivian passaram todo o mês de julho visitando vários municípios da Paraíba para “levar e trazer experiências da luta pela terra”.

A edição de dezembro do “Jornal Sem Terra” divulgou que, entre os dias 24 e 28 de novembro, havia se realizado uma etapa do Curso de Jovens Monitores do Movimento Sem Terra. Durante esse curso foi anunciada a necessidade de militantes para “ajudar a organizar” o Movimento no Nordeste. Poucos meses depois, alguns dos alunos desse curso foram para essa região, onde vivem até hoje.

Uma das participantes, Joana, tinha dezoito anos e acabara de deixar convento, onde já era postulante, para contribuir para o MST. Durante todo o ano de 1986 ela participou do I Curso Nacional de Jovens Monitores, que foi feito em três etapas de quinze dias, na cidade de São Paulo:

Na segunda etapa do curso de jovens monitores, houve uma consulta se tinham companheiros e companheiras dispostos a vir contribuir para organizar o MST no Nordeste. Eu não contei tempo, nem pensei. Minha mão levantou automaticamente para mim vir embora.

Joana aportou em julho do ano seguinte inicialmente em Sergipe, mas seu destino era Alagoas, onde se constituiu a Secretaria Regional do MST. Na prática, nessa época, ela e os demais militantes recém-chegados não restringiam sua atuação a um só estado:

Nós fazíamos os planejamentos das ações das ocupações e a gente se dividia. Era um grupo até grande. Era uma espécie de coordenação Nordeste. E a gente ia para os estados para ir para a base mesmo, para organizar os sem-terra para fazer as ocupações. Era essa a nossa atividade: organizar o MST.

Embora tenham sido realizadas duas ocupações de terra em Sergipe, em setembro de 1985 e em 1986, coordenadas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Nossa Senhora da Glória e pela Diocese de Propriá, por meio da CPT e das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), de acordo com a análise de Fernandes (2000, p.14), observa-se que essas iniciativas não passaram a ser consideradas efetivamente MST. Segundo esse autor, para seguir “a concepção de movimento elaborada pelos sem-terra desde o Primeiro Encontro Nacional”, era preciso “criar um movimento autônomo”.

Depreende-se dos depoimentos recolhidos que esse processo de “autonomização” do Movimento foi fruto, por um lado, do modo como esses militantes sulistas foram desenvolvendo suas lutas, em especial a ocupação de terras, mobilização que passou a caracterizar e distinguir o movimento nascente, não sem conflitos com as organizações e movimentos sociais presentes nesses locais. Nesse sentido, ela foi produto de um processo de experimentação que teve como “laboratório” inicial a região Sul da Bahia.

O “LABORATÓRIO” BAIANO

Demonstrando a importância desse evento em sua vida, Artur recorda-se exatamente da data em que chegou ao Sul da Bahia: 17 de maio de 1987. Sua tarefa era reunir trabalhadores rurais sem terra e organizar uma ocupação, enquanto Paulo e Adelmo se ocupavam da área da formação política. Quase quatro meses depois, em 5 de setembro de 1987, foi feita a primeira ocupação do MST na Bahia, em uma área, no município de Alcobaca, que fazia parte de um projeto de plantação de eucaliptos que pertencera à Companhia Vale do Rio Doce e fora desapropriada. Artur conta que, embora já tivessem um assentamento em Sergipe e também uma ocupação pequena em Alagoas, foi com a primeira ocupação realizada na Bahia que eles desenvolveram “o método de organização do Movimento”, e por isso ela é considerada por eles a primeira ocupação do MST no Nordeste. “Depois desse trabalho na Bahia, nós passamos a construir um método de organização de base no Nordeste que serviu de referência pro Brasil inteiro. A Bahia serviu como laboratório para nós”.

Segundo Artur, até então, no MST, trabalhava-se um método “um pouco copiado da Igreja”: o ver, julgar e agir. Herança da tradição católica do pós-guerra, esse método ganhou novos conteúdos no âmbito da Teologia da Libertação, como aponta Novaes (1997). Nesse caso, o agente pastoral, que pode ser religioso, leigo ou sem religião, deveria “aprender com o povo”. Em suma, “sistematizar as questões e contribuir para que o próprio povo ordenasse sua experiência histórica e encontrasse formas para buscar sua libertação” (NOVAES, 1997, p. 156). Esses agentes desempenhavam uma “tarefa pedagógica de orientação e informação”, buscando tornarem-se “invisíveis enquanto mediadores”. Nesse sentido, como ressalta essa autora, esses agentes não pretendiam trazer uma “consciência de fora”, mas proporcionar “meios e situações” para que o povo expressasse suas experiências em uma nova vivência comunitária (NOVAES, 1997, p. 156).

Na interpretação de Artur, que foi diácono em seu estado de origem, onde atuava nas CEBs, o método pressupunha um “tempo de maturação”, de debate com a “base” para que no processo ela se “conscientizasse”, percebesse sua situação de exploração. Depois, a “base” deveria fazer um julgamento em função desse conhecimento e, somente após esse debate e

essa identificação enquanto sem-terra, é que ela iria discutir “como fazer a forma de agir”. No Nordeste, segundo Artur, o Movimento “não podia se dar ao luxo de aguardar esse tempo de maturação”.

Tu tinha que construir um novo tempo, um tempo que se ajustasse à necessidade da luta pela reforma agrária. Então nós construímos um método que, digamos, encurtasse esse tempo de maturação. E nós chamamos, então, de método de convencimento. Então, tu tinha que ir com uma boa proposta, ajustada à necessidade dos trabalhadores.

Eram feitas de três a quatro reuniões com os trabalhadores. Na primeira, eles faziam a primeira inscrição, na segunda o cadastramento dos acampados e, a partir da terceira, já começavam a identificar quem estava se preparando: se estavam indo atrás da lona, do dinheiro para o caminhão, da alimentação e se estavam preparando a família para ir. Segundo Artur, este último era um dos “critérios” mais importantes, até mesmo obrigatório. “Tinham que ir as mulheres e tinha que ir a família inteira para a ocupação”. Chegaram a rejeitar candidatos que não queriam levar as mulheres.⁹

Em suma, se o estilo das reuniões e visitas a famílias vinha da vertente aberta pelas Comunidades Eclesiais de Base, no MST não havia tempo a perder, levava-se uma proposta concreta, na verdade, um “convite”, que tinha como estímulo os assentamentos obtidos pelos sem-terra no Sul do país e, mesmo, a recém-conquistada área no Sergipe, a Fazenda Barra da Onça:

Em função de que tu já leva, a proposta não sai dos trabalhadores. Sai construída pela direção local, né? Tu convida os trabalhadores pra participar da ocupação. Na verdade, é um método de convite. Tu tem que convencer os trabalhadores de que a melhor saída hoje é a luta pela reforma agrária e a ocupação.

Foi também na Bahia, na segunda ocupação realizada, que esse grupo desenvolveu o “método da resistência de massa”, pois houve grandes enfrentamentos com a polícia e os pistoleiros. A idéia era “ganhar tempo”, fazendo que todo o acampado virasse um “soldado em potencial para o processo de resistência”. Colocavam-se as crianças e as mulheres na frente, para tentar “frear a arrogância” e “afrouxar a violência” dos policiais. E, atrás, vinham os homens e os jovens com gasolina, fogos, foice e facão, “na

⁹ Entre as razões para o MST insistir na ida das mulheres e do restante da família para os acampamentos está a necessidade de reunir um grande número de pessoas nas ocupações de modo a desestimular o ataque de jagunços, assim como os despejos “oficiais” realizados pela polícia. Desse modo, o MST, de fato, desenvolveu uma luta que, se por um lado, criou mais enfrentamentos públicos, gerou ao mesmo tempo um mecanismo de controle da violência privada sempre presente nos sertões brasileiros. Também deve-se considerar que o MST fomenta a participação de todos os membros da família na luta pela terra por procurar reatualizar em outras regiões um “familismo” bastante presente nas comunidades camponesas da região Sul do País, onde se iniciaram essas lutas e onde as pequenas propriedades são exploradas pela mão-de-obra familiar.

tentativa de que, se esse sentimento não foi suficiente para propor o processo de negociação, então se cria outra estrutura” ou seja, procurava-se demonstrar força para obter um despejo negociado, o que, dependendo dos ânimos, não era sempre possível.

Esse novo método de trabalho de base que se difundiu por todo o país acabou gerando “enfrentamentos” com a CPT, pois, como ele mesmo define, “o tempo deles era outro”. Ele conta que, na Bahia, por exemplo, a CPT chegou a trabalhar a idéia de que eles estavam “tentando impor uma cultura”. Segundo Artur, a CPT já tinha a decisão de “fazer um racha com o MST e isolar o Movimento. Abortar o Movimento lá na Bahia”.¹⁰ Para tanto, realizaram uma assembléia com a presença de um sociólogo que participou das primeiras articulações do MST no Rio Grande do Sul. “Só que ele foi muito infeliz, porque bateu demais em nós, nesse negócio de que nós estávamos impondo a cultura, que estávamos destruindo a cultura local”. Naquela altura, o grupo de catarinenses já tinha constituído uma aliança com os freis e freiras de Teixeira de Freitas que tinham virado “amigos do peito” desses militantes, depois que participaram da ocupação. E esse grupo foi para a assembléia “pra arrebentar”: argumentaram que não havia gaúcho, só “uns catarina doido” que, com sua luta, estavam projetando lideranças locais.

Na verdade só tinha eu, o Paulo e o Adelmo. Mas nós já tínhamos um grupo grande de base, né? Rapidamente, na primeira ocupação, nós já tínhamos mais de 100 lideranças de base, inclusive o Valmir, que hoje é deputado estadual.

Imediatamente, conta ele, esse discurso de imposição cultural foi desfeito e a CPT abortou o processo de isolamento do MST, embora tenham ficado resquícios desse conflito em alguns lugares, como na Paraíba.

Um mês depois da ocupação ocorrida na Bahia, em outubro de 1987, foi realizada uma ocupação no Sergipe, no município de Gararu, na fazenda Monte Santo, de 1.003 hectares. Para lá havia sido deslocado outro catarinense, José, que chegou nesse estado no início do 87, logo após o 3º Encontro Nacional do MST realizado de 19 a 23 em janeiro desse mesmo ano, em Piracicaba (SP). No ano anterior, José havia participado das três etapas do curso de monitores, realizado em São Paulo:

A formação era para ver se nós montava um grupo que ajudasse a construir o Movimento nos outros estados. Já tinha um companheiro nosso de Santa Catarina que já estava ajudando o Movimento em Minas. E aí nós discutimos que Santa Catarina tinha muita gente e tal. Tinha que alguns de Santa Catarina se dispor a vir. E eu me coloquei, então, à disposição.

¹⁰ É importante ter em mente que como a CPT é subordinada ao bispo da arquidiocese em questão, essa posição à qual Artur se refere não representava necessariamente uma visão nacional da entidade. É bem possível que essa fosse uma visão regional ou do bispo da área onde o MST vinha atuando.

Ele recorda que foi convidado a vir para o Encontro Nacional já “com a mala pronta” para seguir viagem. Ao chegar em Sergipe, a “referência do MST” que era, então, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nossa Senhora da Glória, ignorou-o. Articulando-se com um padre e alguns setores de Igreja que já vinham fazendo a luta pela terra no estado, José recebeu o “reforço”, alguns meses depois, de Osvaldo, militante do MST acampado na fazenda Anoni, no Rio Grande do Sul.

Segundo Fernandes (2000), um mês antes da ocupação organizada por José e Osvaldo, em setembro de 1987, ocorreu o “Primeiro Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” de Sergipe, reunindo noventa e duas pessoas. Evidenciando o conflito subjacente à chegada dos militantes sulistas, para Fernandes, é nesse encontro que se inicia de fato a estruturação de um MST autônomo nesse estado.

A luta pela terra é feita pelos camponeses, as entidades de apoio são essenciais, não deveriam coordenar as ações. Essa prerrogativa precisava ser dos trabalhadores, conforme os princípios do Movimento. (Fernandes, 2000, p.104).

Nesse evento, segundo Fernandes, “os sem-terra decidiram construir uma política de relação com o movimento sindical rural e urbano, com a Igreja e buscar o máximo de alianças em apoio à luta pela terra e à luta pela reforma agrária”. Justamente um mês depois do Encontro foi realizada a ocupação da Fazenda Monte Santo, com noventa e sete famílias, que marcaria, para este autor, o nascimento do MST neste estado: “de 1985 a outubro de 1987, o Movimento foi sendo concebido”. Nesse processo de estruturação no Sergipe, segundo esse autor, os militantes do MST também foram criticados por alguns agentes pastorais e sindicalistas. “Construir o seu próprio espaço político e tê-lo sob seu controle também gerou divergências entre as forças políticas que formavam a articulação de luta pela terra do Sergipe” (FERNANDES, 2000, p.104).

Reproduzindo o discurso do MST, para referir-se a uma divergência que ocorreu também em outros estados onde o Movimento se estruturava na época, Fernandes afirma:

O MST não é uma organização de apoio à luta dos sem-terra. Ele é luta. Por essa razão, não é uma instituição ou entidade de fora do processo, que existe para ajudar a organizar as famílias na ocupação dos latifúndios. (FERNANDES, 2000, p.105).

Segundo esse autor, ao contrário do que ocorre com a CPT e os sindicatos de trabalhadores rurais, que existem por serem organizações mais amplas, “o MST não existe sem os sem-terra”. Ele, entretanto, frisa que essas instituições “perpassam o MST e são fundamentais para a sua construção”. Esse autor refere-se provavelmente à importância de que a exis-

tência de ambas as estruturas no meio rural brasileiro teve para a implantação do MST, muitas vezes contribuindo não só com recursos materiais mas, também, humanos, culturais e sócio-políticos.

A decisão de construir uma entidade com autonomia em relação à sua rede de apoio anterior revelou-se acertada quando um dos principais pilares da luta pela terra do Sergipe, a Diocese de Propriá, extinguiu a CPT e enfraqueceu o MEB (Movimento de Educação de Base),¹¹ na segunda metade dos anos 80. Embora os depoimentos não afirmem isso, fica patente tanto no registro histórico construído por Fernandes, como no depoimento de Artur, que só são consideradas como “sendo do MST” as mobilizações realizadas inicialmente já com a presença de militantes sulistas, ou seja, lideradas e concebidas por esses migrantes enviados para construir esse novo movimento social nesses lugares. Em suma, esses militantes carregavam consigo uma espécie de “sinal” legitimador, assim como os parâmetros de uma forma de luta que já era praticada no Sul do país, mas que ainda não tinha paralelo no Nordeste, pelo menos não na Bahia nem em Pernambuco.

De acordo com o depoimento de um dos fundadores do MST, João Pedro Stédile, a decisão de enviar militantes sulistas para o Nordeste “nunca foi tomada como uma linha política geral”. Foi se desenvolvendo “como uma espécie de prática natural, de mútua solidariedade” e obedecia a uma necessidade de “acelerar o processo de articulação nas regiões de maior contingente de sem-terra, que era o Nordeste”.

José, que fez parte do grupo de militantes sulistas que acompanhou as primeiras ocupações de terra organizadas pelo MST nos Estados do Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará, conta que, ao mesmo tempo em que havia uma avaliação da então Executiva Nacional do MST sobre a importância do Nordeste para a luta pela reforma agrária, os delegados nordestinos que participaram do I Congresso do MST “era gente ligada à Igreja, que tinha muita resistência à ocupação”. Na época, quando o grupo de militantes se dirigia aos estados para fazer as articulações para as ocupações, tinha necessidade de “discutir um pouco com quem atuava” nas regiões, ou seja, com mediadores vinculados a sindicatos e às pastorais da Igreja, até porque o MST não tinha “estruturas”, como telefone, carro, secretaria etc., fundamentais para eles organizarem essas ações. Ele conta que, nesses encontros, não conheceu em nenhum estado alguém que fosse favorável às ocupações:

Era o contrário. Porque a conjuntura não permitia. Nós tinha acabado um período de ditadura militar e a ocupação poderia ser uma ação radical que ia....

¹¹ A CPT e o MEB são fruto das atividades da chamada “ala progressista” da Igreja Católica. Mas a existência desses movimentos depende sempre da anuência de um bispo que, por sua vez, se não for vinculado a essa “corrente” da Igreja Católica, tem o poder de não permitir a existência destes movimentos em sua diocese (NOVAES, 1997).

Então o pessoal apoiava a luta e tal, mas na hora de fazer, você não encontrava apoio.

GERAÇÃO E MILITÂNCIA NO MST

“Entrar” no MST pressupõe um “engajamento total”, que é a base do engajamento “revolucionário” e que, por sua vez, modela as disposições dos agentes, sua representação do mundo, seus repertórios de ação e acaba por marcar fortemente a vida de seus integrantes (YON, 2005, p.138). Mas a disposição de militar de forma integral em um movimento social formado por assalariados rurais e camponeses não é, como aponta Caldart (2004), um resultado direto da vivência no acampamento. Há outros elementos anteriores a essa experiência e que marcam a biografia desses militantes, sobretudo em se tratando da geração retratada por este trabalho. Pode-se dizer até que os acampamentos de sem-terras, já descritos em inúmeras etnografias, são a estruturação de uma determinada cultura política em que os elementos camponeses e “gaúchos”¹² se entrelaçam com o trabalho pastoral das igrejas cristãs. Por meio das entrevistas feitas, observa-se que, mesmo tendo tido pouca vivência em acampamentos, essa cultura política levou certos indivíduos a aceitar um “convite” que, em meados dos anos 80, só era possível de ser compreendido dentro de um particular meio social e cultural que existe no sertão¹³ dos três estados meridionais do Brasil. Embora a vivência de poucos dias em um acampamento já seja marcante, nem sempre redundante na vontade de “militar”, muito menos na de migrar para outros estados por conta desse engajamento político. No entanto, poucos anos depois dos jovens da primeira geração de militantes sulistas terem se dirigido ao Nordeste, esse convite do MST passou a ser compreendido e aceito em outras regiões do país por rapazes e moças “solteiros”,¹⁴ com idade por volta de vinte e poucos anos.

¹² Os acampamentos debutaram como instrumento de luta pela reforma agrária no Brasil, por meio do Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra), que surgiu no Rio Grande do Sul, no final da década de 50, com base na resistência de 300 famílias de peões e agregados do município de Encruzilhada do Sul. Era uma espécie de federação de camponeses organizados em diversos municípios gaúchos, com forte ligação com o então governador do Estado, Leonel Brizola, mas também com presença de militantes do PCB. Entre os anos 1960-1964, o Master organizou vinte e seis acampamentos à beira das estradas, mas só dois resultaram em desapropriação de terras para reforma agrária. Mais recentemente, na década de 80, a prática gaúcha de realizar acampamentos de lona pode ser associada a festivais de música gauchescas, como a Califórnia da Canção, que formavam verdadeiras “cidades de lona” durante sua realização. Essa prática também era comum entre os agricultores gaúchos que migraram para as terras do Centro-Oeste, iniciando a ocupação de suas novas terras e vivendo em barracos de lona com toda a família.

¹³ “Sertão” é uma das poucas contribuições da língua portuguesa para o léxico mundial e refere-se à “interior do país”, não só à zona de clima semi-árido e de caatinga do Nordeste.

¹⁴ É importante frisar que neste grupo social, a entrada na categoria adulta parece ser alcançada por meio do casamento – “amontoamento”, “amancebamento” – e o nascimento dos filhos.

O envio de jovens militantes sulistas para contribuir para a expansão do MST em direção aos estados do Nordeste se deu continuamente. Para situar teoricamente esta análise, usa-se a categoria “geração” para dar conta de características diferentes que esse processo veio tomando ao longo do tempo. Cada uma dessas “gerações de militantes” que se sucederam (PÉCHU, 2001) teve uma relação peculiar em seu engajamento, dada sua faixa etária – já que todos eram bem jovens, entre dezenove e vinte e sete anos – e por vivenciarem contextos históricos diferentes do MST, de sua luta social, assim como da sociedade brasileira.

Toma-se como ponto de partida a concepção de que há uma dialética permanente entre história individual, institucional e contexto e que, portanto, as trajetórias das pessoas entrevistadas são exemplares dentro da construção da cultura política do MST, ou, mais precisamente, de seu estilo de militância, ou *habitus* militante. Em sua reflexão sobre o engajamento individual, Fillieule (2001) sintetiza bem essa linha de análise ao chamar a atenção para o fato de que, a cada etapa da biografia de um militante, é importante perceber como as atitudes e comportamentos atuais são determinadas pelo passado e condicionam, por sua vez, o campo de possibilidades que estão abertas no futuro, vinculando o engajamento individual com o ciclo de vida dessas pessoas (FILLIEULE, 2001, p. 201). É importante observar também que a busca pela realização pessoal por meio do militância ao invés de, por exemplo, da carreira profissional é, em si mesma, uma escolha muito particular de indivíduos que, já por terem escolhido esse caminho, partilham características comuns entre si, mas não tão presentes em outros mundos sociais pautados por outras lógicas, como a da promoção profissional.

Apesar do MST se caracterizar pelo incentivo constante ao deslocamento de seus membros, os militantes de primeira geração¹⁵ são aqueles que chegaram ao Nordeste, entre 1985 e 1988, em plena vigência do IPNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) durante o governo Sarney. Eles se instalaram na Bahia, em Sergipe ou em Alagoas para criar ou implantar nesses locais a luta no modo como ela vinha se estabelecendo no Sul do país. Alguns desses militantes demoraram para se fixar, circulando em todos os estados nordestinos. Era praxe que todo esse grupo de “militantes

¹⁵ Esse recorte de gerações foi proposto por Adelmo, um dos personagens desta pesquisa, em entrevista realizada durante a Marcha Nacional Goiânia-Brasília realizada pelo MST em 2005. Esta categorização também se apóia no conceito de “geração militante” utilizado por Cecile Péchu. Esta autora distinguiu três gerações de militantes que se sucederam ao longo do tempo de criação do movimento DAL (Droit au longement) um movimento de sem-teto francês, entre os anos 1991 a 1996, cada qual com uma relação particular com seu engajamento a esse movimento social porque cada adesão ocorreu em períodos diferentes, marcada, em linhas gerais, pela origem política e social desses militantes, por determinadas mobilizações, e mesmo, pela notoriedade do DAL na mídia. Assim como neste trabalho sobre duas gerações do MST, Péchu apresentou histórias de vida de militantes cujos processos de engajamento e modos de militância constituíam exemplos típicos das gerações analisadas.

migrantes” se reunisse em algumas ocupações ou mobilizações do MST nos diferentes estados que, na época, para a organização, incluíam até parte de Minas Gerais. No dizer de um desses militantes, o Nordeste era visto então como “um só grande estado”. Com o passar do tempo, o MST passou a estimular a estruturação estadual da organização, descentralizando-a por meio da criação de Secretarias Estaduais e contínua autonomização dessa estrutura em relação à Secretaria Regional do MST no Nordeste, que se localizava em Alagoas e que acabou sendo dissolvida.¹⁶ Alguns dos militantes dessa primeira geração que não voltaram a seu estado de origem, Santa Catarina, se tornaram dirigentes e referências tanto nacionais como estaduais do MST.

Os militantes da segunda geração chegaram a esses estados depois que o MST já estava implantado e com assentamentos. Os deslocamentos dessa geração, que se forma a partir de 1989 e vai até 1997, têm características que continuaram se reproduzindo no MST nas gerações posteriores. Além de se envolverem na organização de acampamentos e de formas de lutas que se articulam em torno de um calendário (em geral, associado ao agrícola), cujas mobilizações são definidas pela coordenação nacional do MST (composta por dois ou três dirigentes de cada estado, mais os responsáveis pelos setores organizados tematicamente), esses militantes oriundos da região Sul também passaram a ter influência na área da formação, da organização interna dos assentamentos e na formulação das políticas a serem demandadas pelos sem-terra desses estados. É característico dessa geração já começar a haver deslocamento de militantes que não eram da região Sul, que se dirigiam para estados localizados em sua mesma região de origem, como foi o caso dos que saíram do Piauí e se instalaram no Maranhão. Alguns dos militantes da segunda geração foram deslocados para ocupar cargos de direção, outros para contribuir para algum setor específico do MST, mas há um caso levantado por este trabalho em que o militante tomou a iniciativa de ter essa experiência por razões pessoais. É importante observar que o deslocamento individual de militantes “especializados” em alguma tarefa ou setor específico do MST (produção, educação, formação, frente de massas, direitos humanos etc.) continua a ocorrer.

Os militantes da terceira geração começaram a ir para outras regiões na forma das “brigadas nacionais”, a partir de 96 e 97. Essas brigadas foram compostas por militantes de vários estados, mas ainda com forte presença do Sul e sem ter necessariamente o objetivo de se fixarem nesses locais. Organizadas pela coordenação nacional do MST, as brigadas eram

¹⁶ Este processo de descentralização é característico da dinâmica organizacional do MST. Até para efeitos de negociação com os governos estaduais, o Movimento buscou se estruturar estadualmente. Como se explica no capítulo 1, dentro dos estados, ele começou a se organizar regionalmente e, hoje, com base na chamada “nova organicidade”, procura se organizar em micro-regionais.

integradas por militantes encarregados de ajudar em dificuldades “orgânicas ou políticas”, mas de forma pontual, e foram formadas em um momento de grande expansão das lutas e da visibilidade pública desse movimento social, o que implicou um considerável crescimento do número de acampamentos e ocupações de terra. Embora não se procurasse promover a fixação desses militantes nesses estados, alguns acabaram ficando e se tornaram dirigentes, inclusive participando na direção nacional.

A quarta geração seria composta pelas “brigadas de militantes” organizadas atualmente. Elas têm por objetivo contribuir para a formação política e na organicidade¹⁷ das bases do MST e esses militantes não são deslocados com perspectivas de virem a se projetar para ocupar cargos de liderança nos estados para onde foram enviados. Uma de suas funções é estimular a formação de núcleos de acampamentos e assentamentos do MST, ajudando na projeção e formação de lideranças para ocuparem esses espaços. O período de permanência nos estados é determinado e tem prazo para terminar. Mas o MST, enquanto organização, costuma ter bastante flexibilidade para associar demandas pessoais e organizacionais. Logo, nunca pode ser descartada a possibilidade de um militante resolver ficar em um estado para o qual foi deslocado.

Este trabalho concentrou-se na trajetória dos militantes de primeira geração que rumaram para o Nordeste. Alguns deles circularam por vários estados antes de se fixarem definitivamente. Só dois vivem hoje no mesmo lugar para onde se dirigiram primeiro, Sergipe e Bahia, em meados da década de 80.

A decisão de enviar militantes sulistas para o Nordeste “nunca foi tomada como uma linha política geral”, de acordo com depoimento de João Pedro Stédile.¹⁸ Segundo ele, “sempre foi se desenvolvendo como uma espécie de prática natural, de mútua solidariedade” e foi motivada por uma necessidade de “acelerar o processo de articulação nas regiões de maior contingente de sem-terra, que era o Nordeste”.

Diante dessa necessidade, os filhos de camponeses sulistas eram os candidatos “naturais” para essa tarefa, porque, segundo Stédile, tinham mais escolaridade e, portanto, se “projetavam”, “tinham mais facilidade em se transformar em militantes”. Outra característica que favorecia esse grupo para essa “tarefa” era o fato de serem oriundos de famílias que detinham algum excedente econômico, pequenos proprietários rurais que, muitas vezes, integrados em circuitos agroindustriais, haviam conseguido acumular algum patrimônio. Além disso, frisa Stédile, esses jovens receberam grande

¹⁷ É bem provável que eles se desloquem para contribuir para a implantação da “nova organicidade”, nova metodologia de organização de base que exige uma reprodução e capilarização em maior escala da militância do MST e, nem todos os estados conseguem “produzir” tanta militância.

¹⁸ Entrevista dada a esta pesquisadora por escrito (03/09/2006).

influência de valores da Igreja como o “missionarismo”. Segundo ele, havia tanta disposição de “ir numa missão ajudar os outros” que “naturalmente” esses jovens se “inscreviam”, “se ofereciam para ir”.

Desse grupo “pioneiro” de jovens militantes sulistas, que se deslocou na segunda metade da década de 80 para o Nordeste, cinco se fixaram nos Estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco e Paraíba. Uma mulher que fez parte desse grupo permanece no Rio Grande do Norte, onde é assentada, mas “saiu” do MST, ou seja, embora seja assentada, não cumpre “tarefas” definidas pelo Movimento ou ocupa instâncias da “organização”.¹⁹

Com base na trajetória desses membros da primeira geração, é possível apontar algumas características do *habitus* militante, o estilo “sem-terra” de militar.²⁰ Por serem os primeiros, esses indivíduos se tornaram exemplares, estimulando outros a percorrerem os mesmos caminhos, reproduzindo seu padrão de migração militante nas gerações seguintes. Os traços comuns entre eles são que todos são filhos de pequenos proprietários rurais de Santa Catarina, migraram muito jovens e tiveram algum tipo de “militância na Igreja”, na Pastoral da Juventude ou em Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Dos homens, três casaram-se com “companheiras”²¹ do Nordeste em poucos anos, fenômeno que veio a se repetir nas gerações seguintes. Em geral, esses parceiros matrimoniais faziam parte da rede social, vinculada a sindicatos de trabalhadores rurais ou Igreja, que acolheu esses “enviados” do Sul. Já a única mulher desse grupo de pioneiros que participou desse início do MST no Nordeste e se tornou dirigente formou família mais tarde.

Alguns deles cumpriram parte de seus estudos em seminários da Igreja Católica. Dois deles, incluindo a única mulher do grupo, trocaram a carreira religiosa, para a qual estavam se direcionando, para adotar a causa da reforma agrária, aceitando a proposta de ir para o Nordeste “ajudar a construir” o MST nessa região.

¹⁹ Infelizmente, não foi possível entrevistá-la para este trabalho, pois seu desengajamento do MST poderia iluminar muitos aspectos. Espera-se incorporar sua experiência a um trabalho posterior.

²⁰ Karel Yon constrói o conceito de *habitus* militante ou estilo de militância, com base em Bourdieu, para analisar uma particular geração de militantes labertistas franceses. Em minha tese, apoiando-me também em Filleule (2001), apresento esse conceito como uma disposição interiorizada por estes indivíduos que marca um tipo de “gosto”, assim como uma visão de mundo compartilhada por esses militantes, sendo produto da dialética entre história individual, institucional e contexto político vivido coletivamente por estes atores e associado ao ciclo de vida deles. É interessante ter em mente, como observa Pudal (2005), que, embora seja caracterizado por uma “certa inércia”, o *habitus* não cessa de evoluir e é uma síntese evolutiva da história pessoal e social interiorizada. Entretanto, como ele não é necessariamente adaptado nem necessariamente coerente, os graus de integração de um determinado sujeito ao *habitus* social de um determinado grupo correspondem a graus de integração que, por sua vez, estão relacionados aos graus de cristalização do estatuto que ele ocupa neste grupo (YON, 2005, p. 156). Daí decorre, portanto, a decisão tomada para elaborar minha tese de abordar a expansão do MST a partir de trajetórias biográficas que espelham momentos específicos da história do MST e do Brasil e que ajudaram a estruturar características marcantes do *habitus* militante deste movimento social.

²¹ As esposas também são militantes do MST.

A escolaridade dos primeiros enviados do MST no Nordeste é um fator que inegavelmente os destacava na região para a qual foram deslocados. De acordo com estudo realizado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e divulgado em junho de 2003, se no meio rural brasileiro a taxa de analfabetismo já era três vezes superior à da população urbana: 28,7% e 9,5%, respectivamente, os contrastes regionais eram ainda mais acentuados. No Nordeste, o índice era de 40,7%, alcançando 49,2% no Estado do Piauí. Enquanto isso, a região Sul contava com 11,9% de analfabetos na área rural.²²

Todos os membros desse grupo seguiram os estudos até, pelo menos, o segundo grau. José é o único do grupo que não o completou. Fez dois anos dessa etapa em um Seminário, mas a família teve muitas dificuldades de continuar pagando suas despesas.²³ Questionado se foi para o seminário para estudar ou para ser padre, disse: “as duas coisas”. Ao voltar a estudar para terminar o terceiro ano e obter o diploma do secundário, desistiu de concluí-lo para participar de curso oferecido pelo MST em São Paulo. “Quando eu ia terminar o segundo grau, em novembro de 86, apareceu um curso do Movimento, que eu achei muito importante e tal, e aí abandonei”.

José refere-se ao I Curso Nacional de Jovens Monitores, onde, segundo seu depoimento, teve acesso à “introdução de filosofia com modos de produção”, conteúdo que o “interessou muito”, fazendo-o decidir “ficar mesmo no Movimento”. Quando viajou para o Sergipe, em fevereiro de 87, ele, que até tinha uma noiva em vista em seu estado, pretendia voltar para Santa Catarina seis meses depois, mas, por conta de problemas com seu pai,²⁴ já tinha definido que não voltaria mais para casa. Iria para algum acampamento ou alojamento do MST em seu estado. Apesar das dificuldades iniciais e da completa falta de recursos enfrentada nos primeiros meses, nunca mais voltou a viver em Santa Catarina, permanecendo no Nordeste, onde constituiu família e é hoje assentado.

Ao mencionar que o contato com noções de marxismo o fez optar por um engajamento mais integral com o MST, José, que viajou para Sergipe aos dezenove anos, aponta um dos elementos ideológicos que explicam o comprometimento com esse movimento social, um dos elementos de seu *habitus* militante. Isto evidentemente não se dá por acaso, pois a força mobilizatória de algumas noções de marxismo no mundo, durante o século XX, foi a raiz de várias revoluções sociais e lutas anti-coloniais. É interes-

²² Embora sejam relativamente antigos, esses dados dão um panorama aproximado do contexto educacional vivido pelos militantes do MST entrevistados para este trabalho.

²³ Faz parte da estratégia de reprodução social das famílias camponesas do interior dos estados do Sul enviar um dos filhos para estudar em um Seminário.

²⁴ Em famílias em que a autoridade paterna é muito forte, como é o caso dos camponeses do Sul do país, o questionamento da autoridade do pai gerava, costumeiramente, a saída do filho da casa da família.

sante observar que, ao contrário da maioria de seus pares existentes no Brasil, o MST manteve o marxismo em alta em um período de franco declínio do poder de atração dessa ideologia, haja vista o desmoronamento do “socialismo realmente existente” no Leste Europeu. Até hoje, na visão de dirigentes do MST, a reforma agrária não é “o estratégico”, como expressa Artur, para explicar o atual engajamento do MST na formação técnica e acadêmica de seus quadros:

A luta pela reforma agrária é tática para nós fazermos um processo de luta e de construção da revolução. Então, se tu quiser construir a revolução, tu não constrói apenas com quadros formados política e ideologicamente sem nenhum outro conhecimento geral da sociedade.

O abandono do curso de Teologia no último semestre também está presente na trajetória de Paulo. Ele concluiria a graduação no primeiro semestre de 85, mas acabou interrompendo-a ao engajar-se na preparação das dezoito ocupações simultâneas realizadas em 25 de maio de 85, na região de Abelardo Luz, Santa Catarina. Em seu depoimento, conta que pretendia recomeçar no segundo semestre, mas acabou indo para a Bahia, com a idéia de ficar lá uns dois ou três meses e retornar para seu estado, onde terminaria seu curso no primeiro semestre do ano seguinte. Entretanto, na volta, ao participar do I Encontro Nacional do MST, realizado no início de 86, recebeu uma tarefa que não pôde recusar:

Nesse encontro surgiu a necessidade, a direção achou importante que tivesse alguém para acompanhar o Nordeste. Já havia vários germes de Movimento, áreas de conflito, pastorais, sindicatos que pediam ajuda. Na época, só tinha uma pessoa em São Paulo, que fazia essa ponte, pela CPT ainda, né? Então houve essa, de certa forma, uma imposição: você fica em São Paulo e viaja pelo Nordeste. Fica na Secretaria Nacional pra dar ajuda.²⁵

Filha de pequenos proprietários rurais, com militância na Igreja e uma formação educacional média elevada em relação à realidade do meio rural brasileiro como um todo, essa geração foi a que, na verdade, deu os contornos do “*habitus* militante” do MST. As gerações seguintes tiveram esse grupo como modelo, não só pelo exemplo do que realizaram, como também por terem demonstrado as perspectivas que eram abertas para quem se aventurasse a migrar para outros estados pelo MST. Afinal, todos eles tornaram-se dirigentes importantes da organização.

²⁵ Não é tema deste estudo analisar o modo como se tomam decisões dentro do MST. Mas um elemento sobre isso foi dado por Stédile, em seu discurso na fundação da Escola Nacional do MST, em 2005. Na ocasião, provavelmente respondendo a questões levantadas por membros de diversos movimentos sociais oriundos de diversas partes do mundo, convidados para o evento, ele disse que, no MST, as decisões eram tomadas por consenso. Se não houve consenso, deixava-se a questão de lado por um tempo até haver consenso.

Uma característica comum dessa geração de “pioneiros” é pertencerem a famílias de católicos praticantes e serem eles próprios freqüentadores da Igreja e de atividades comunitárias. Alguns, como Joana e Artur, Paulo e Adelmo já se conheciam antes, participavam de uma rede de relações e de solidariedade pré-existente em suas comunidades, da Igreja e, sobretudo, em torno da liderança do bispo D. José Gomes, de Chapecó. Portanto, embora tenham ido em períodos distintos e tivessem chegado em lugares diferentes, constituíram um núcleo de militantes que vivia separadamente no Nordeste, mas que se reunia periodicamente. Sua militância, em suma, se baseou e se estruturou com base nas relações sociais e de solidariedade pré-existentes, de uma considerável densidade social. A importância dessas redes para os movimentos sociais também foi apontada por Oberschall em um estudo em que ele demonstra que o sucesso do nazismo na Alemanha não se deve ao fato de este país ter se tornado uma sociedade atomizada pela crise de 29, mas, sim, porque o movimento nazista conseguiu captar parte das densas redes associativistas, religiosas e profissionais que se espalhavam pelo país (OBERSHALL apud NEVEU, 2005, p.54).

Artur, natural de um município do Norte do Estado de Santa Catarina, era vizinho de Joana que, na época, se preparava para ser freira. “Praticamente nós tiramos ela do convento pra organizar o Movimento”, conta ele. Ela justifica sua opção de se integrar ao MST e aceitar o “convite” para ir para o Nordeste por ter recebido dos pais “uma educação de que tem que ajudar os pobres, tem que estar com os pobres”. Tanto ela, como os quatro irmãos mais velhos achavam que o “caminho” para “ajudar as pessoas pobres era estudando para religiosa ou padre”. Ainda noviça, Joana abandonou a carreira religiosa porque suas superiores não permitiram sua participação em uma segunda atividade da luta pela terra naquele ano, a “Romaria da Terra”. Foi justamente essa perspectiva de se tornar freira que fez com que sua mãe, meio desgostosa, mas “muito religiosa”, lhe permitisse ir para o Nordeste aos dezenove anos: “Eu tinha o argumento de que se fosse religiosa também não estaria em casa. Com certeza, se tivesse sido religiosa, tinha ido para a África. Era um sonho”.

Outro produto de sua formação católica e do pertencimento a famílias praticantes é o “estar à disposição da organização”, ou melhor, o seu devotamento, um quase esquecer de si, de seus interesses pessoais imediatos para interromperem os estudos, carreira religiosa, boas perspectivas profissionais e mesmo de acumular patrimônio em sua região de origem, para migrar para outra região, onde assumiram a representação desse novo movimento social. Esse aspecto, “a vida pessoal que ficou” não foi pensada na época, mas, atualmente, já na meia idade, coloca novas questões para Artur:

Era agricultor que tinha cursado um curso superior, né? E quem sabe, podia trabalhar, dar aula durante um período, tá na roça num outro, né? Tinha já o meu carro, a minha casa. Abandonei tudo. E hoje, estar aqui não tem nada. Então a perspectiva de vida pro futuro a gente não sabe, né?

Essa preocupação com o futuro, com a “aposentadoria”, tende a tornar-se cada vez mais presente na cabeça dessa geração, à medida que, por terem se dedicado à militância, deixaram de lado preocupações em torno da acumulação de algum patrimônio pessoal que possam legar aos filhos que, ao crescerem, também passam a enfrentar os dilemas de sua reprodução social. De qualquer modo, apesar da condição econômica talvez relativamente inferior em relação à sua posição social e ao que poderiam ter tido em seus locais de origem, um dirigente do MST tem sempre um carro à sua disposição e uma casa. Podem sofrer periodicamente com falta ou atraso da “ajuda de custo”, mas muitos contam com a “estrutura” obtida em seu assentamento e mesmo da organização para “segurar as pontas” em tempos de dificuldades econômicas da organização. Aliás, fazia parte do que se chama de “teste de disposição militante”, nos estados, aprender a lidar com essas agruras econômicas periódicas. Se, no início da organização, os estados podiam dispor de alguma ajuda econômica da Secretaria Nacional, hoje fica em geral a cargo de cada um deles obter recursos para manter sua estrutura burocrática e suas mobilizações. Existem, portanto, os estados mais “ricos”, que recebem bastante contribuição dos assentados e conseguem emplacar projetos com agências de financiamentos e mesmo com o Estado, e os chamados mais “pobrezinhos”, que enfrentam constantes dificuldades econômicas para manterem seus militantes e suas atividades e, portanto, requerem uma considerável dose de desprendimento.

É importante observar, entretanto, que um dos principais benefícios da representação profissionalizada foi obtido plenamente por essa geração. Como observa Maresca (1982, p. 97), trata-se da extensão do capital social, ou seja, o aumento da notoriedade individual e da rede de relações, as oportunidades de encontrar com representantes de outros ambientes sociais, com “personalidades”, o que constitui um capital social importante tanto em termos políticos, para a organização que representa, quanto em termos individuais e mesmo familiares. Esse reconhecimento público, a estima, a admiração e o prestígio, sobretudo, dentro do MST, onde ocupam postos na direção do movimento, constituem uma gratificação importante, uma retribuição nada negligenciável e, talvez, fundamental, que dá pleno sentido a esse devotamento militante, para quem engajou sua vida na construção de um movimento social. Além disso, como sublinha Gaxie (1977), a ligação com uma causa e a satisfação de defender suas idéias são mecanismos de “re-muneração simbólica” da atividade política. Elas promovem grande satisfação emocional e, em si mesmas, são mecanismos-chave do funcionamento das organizações de massa. A camaradagem, a solidariedade, a comunida-

de de gostos e sentimentos experimentadas nesses grupos muitas vezes também desembocam em ganhos individuais objetivos, tais como, por exemplo, ajuda financeira, transporte, moradia e viagens aos quais esses militantes têm acesso ao participarem desses movimentos, em geral não almejados conscientemente, mas que, no final das contas, justificam a durabilidade desse engajamento.

Outro traço comum entre os membros dessa geração é que praticamente todos se utilizam em algum momento da expressão “receber a tarefa”, “vir com a tarefa”, “convite” para justificar seu desprendimento e sua decisão “de ajudar a construir o MST no Nordeste”. Entretanto é interessante investigar como esse desprendimento pessoal foi gerado. É essa disposição que gera o “missionarismo” que o MST herdou da igreja cristã. A partir de Norbert Elias (1991), é possível afirmar que esses indivíduos, oriundos de uma rede de relações humanas que existia antes deles, se inscreveram em um nova rede de relações que eles contribuíram para formar, no caso, a rede do MST. O campo de escolhas possíveis desses indivíduos era oriundo de sua capacidade de agir sobre essa rede de interdependências na qual já estavam inscritos, marcada por suas origens sociais, culturais e seu grande envolvimento pré-existente com a Igreja e as pastorais sociais. O MST que esses jovens ajudaram a construir foi gerado, portanto, com essas marcas de nascença indelévels, que explicam também a durabilidade do engajamento verificado entre os militantes desse movimento social. Afinal, militar no Movimento Sem Terra correspondeu a anseios e desejos definidos no ambiente social de origem desses militantes como sendo as melhores aspirações possíveis entre seus pares. Nem todos optaram por esse percurso, mas os que o fizeram foram reconhecidos socialmente por isso.²⁶

Uma hipótese sobre esse “devotamento” inspira-se na análise que Pudal (1989) faz dos militantes do Partido Comunista Francês, classificados por ele de “intermediários culturais” especializados na gestão e formação de “profanos” e, portanto, com um papel muito próximo de figuras com as quais ele é raramente associado, como os padres e professores do meio rural (p.16-17). No caso do MST, ao contrário do PCF, havia uma estreita ligação com a Igreja e, portanto, menos competição com esses mediadores, com quem os militantes comunistas franceses disputavam corações e mentes. De qualquer modo, os “intelectuais orgânicos” do MST se afastaram, criando autonomia frente à Igreja. Mas, como intermediários culturais, mantiveram características muito comuns com a atuação de padres e agentes pastorais. Afinal, eles passaram a pertencer a uma organização que, desde o início, deu muito valor à formação dos “não-iniciados”, ou seja, à forma-

²⁶ É interessante perceber que esses pequenos agricultores que construíram o MST fazem parte da mesma geração de agricultores que “desbravou” o Oeste baiano e o Mato Grosso também a partir da década de 80. Ambos os grupos constituíram pólos antagônicos do contexto que marca a agricultura no Brasil hoje.

ção ideológica, educacional, técnica e, mais recentemente, acadêmica, de seus membros. A autoridade intelectual desses militantes era tributária, em parte, dos estudos feitos em instituições religiosas, mas foi se tornando cada vez mais dependente de seu pertencimento ao MST, que pode ser considerado, assim como a Igreja, nos termos de Pudal, uma “instituição de formação de quadros e de gestão das classes dominadas”. Esse aspecto particular se depreende do depoimento de Joana:

Se eu estivesse no Nordeste e não estivesse no MST, eu não teria a formação política que tenho. Não teria conhecido as diferentes realidades que elas formam. Não teria a oportunidade de conhecer outros países, outros movimentos sociais. Então, eu estando no Nordeste ou estando em outro lugar, mas estando no MST é que me fez mudar.

Nesse sentido, representar o MST nesses estados, tornar-se uma liderança “muito forte” é produto de um duplo movimento, como observa Artur: “A gente foi se constituindo. O Movimento também. A gente foi estudando e crescendo com o Movimento”.

Outra hipótese que pode explicar esse devotamento militante é que, quando deixaram de lado uma trajetória de reprodução social previsível em sua região para receber a “tarefa” de se aventurarem pelo Nordeste, esses jovens militantes provavelmente sentiram-se privilegiados por terem sido eleitos para servir esse movimento social, expressando gratidão pelo MST, fenômeno que Pudal (1989) reconheceu entre os quadros do PCF francês. Embora os membros dessa geração não expressem esse sentimento nas entrevistas, o relato do modo como “levantaram a mão” no curso de Jovens Monitores em 1985 ilustra uma aparente naturalidade em uma escolha que esconde, na verdade, todo um arcabouço de valores e disposições tributários tanto de sua formação católica, como do momento de vida em que estavam. Afinal, a militância é uma escolha de como viver a juventude e ocorre no período que geralmente transcorre entre os dezoito e os vinte e sete anos. Nesse período, os jovens geralmente estão em busca de seu lugar no mundo o que implica também escolhas matrimoniais. Já não “cabem” na casa dos pais e visualizam um leque de possibilidades abertas, que estão de acordo com a estrutura e origem familiar, mas também são determinadas por escolhas e atitudes individualmente tomadas nesse contexto familiar, cultural e social. Como observa Yon, “as propriedades sociais dos jovens escolarizados facilitam sua identificação com o papel de revolucionário profissional, militante em tempo total próprio ao modelo leninista de partido de vanguarda” (2005, p.146). Não por acaso, essas teses estavam em franca popularização nos cursos de militantes do MST deste período.

Artur conta que a ida para a Bahia já vinha sendo trabalhada em suas atividades junto à Igreja, em Santa Catarina, onde era diácono. Lá havia três dioceses que tinham como “tarefa missionária” apoiar as Igrejas da

Bahia. Assim como ele, vários catarinenses leigos, seminaristas, freiras e padres haviam percorrido esse caminho.

Se falava muito nessa questão da Bahia. Se estudava a Bahia, na Igreja. Essa necessidade de nós vir fazer trabalho leigo na Bahia. Então, na verdade, a gente já tinha o conhecimento. Então a gente ali entendeu de fato a grande necessidade nossa, a grande tarefa nossa, missionária. Aproveitamos muito o trabalho que a Igreja tinha, principalmente em Itamaraju, os franciscanos, os capuchinhos. Tinha também um trabalho da oposição sindical, que nós utilizamos. Nós tínhamos uma grande tarefa pela frente, missionária, que era de salvar daquela situação de miséria. E ali tava muito explícito a contradição entre o sem-terra e o latifúndio.

Ele conta que em Santa Catarina, mesmo que existissem muitos latifúndios, estes coexistiam com as pequenas propriedades familiares. A pobreza, portanto, não era tão aguda, discrepante. Na Bahia, o contraste social era, em sua visão, muito mais forte. “De um lado eucalipto, cacau, boi”, grandes propriedades sub-utilizadas, e, do outro, “gente nas ponta de rua”, um “povo desanimado”. Artur atribui justamente a essa presença já marcante de padres e agentes pastorais sulistas no Nordeste o fato de eles terem sido rapidamente bem aceitos pelo povo. Mal chegaram e foram direto para o “trabalho de base”.

Eu cheguei em junho, e na primeira ocupação (setembro) nós já viramos, digamos, liderança, referência. Também o povo tá acostumado com padre, a maioria da Igreja é italiano, né? Fala enrolado. Então, de qualquer forma, isso até ajudou porque tinha aquela credibilidade da Igreja. Olha o padre falando enrolado aí, né?

Por serem depoimentos dados vinte anos depois, com os olhos do presente e com perspectiva histórica sobre as escolhas feitas ao longo de sua trajetória de vida, é importante pensar em um possível distanciamento desses relatos. Afinal, a memória individual acessada nesses depoimentos tem como suporte o grupo social ao qual eles pertencem e, portanto, destaca no passado aquilo que permanece vivo em sua consciência e que, por sua vez, está devidamente mediado com as vivências e preocupações atuais (HALBAWCHS, 1990). Aquilo que os entrevistados apontam como “imposição”, “receber uma tarefa”, “convite” para ir para o Nordeste de algum modo escamoteia a intensa paixão, que geralmente acompanha o engajamento ao MST²⁷ e que, depois de tantos anos de militância, na qual a vida pessoal se mesclou tão intensamente com a vida da organização, pode não estar mais tão presente na memória dos entrevistados. É como um casamento em que os anos fazem desbotar a paixão inicial que deu sentido àquela união.

²⁷ No início dos anos 90, quando comecei a militar, escutava freqüentemente que tinha sido “contaminada pelo vírus” do MST, quando observavam minha disposição em assumir alguma tarefa concreta que me integrasse mais à vida do Movimento. Fiquei no MST, onde atuei como jornalista, até maio de 2007.

Rotiniza-se. O amor, até pode permanecer, mas já mediado por todos os dissabores, decepções, conflitos enfrentados nesta jornada. No entanto, a vida pode perder todo o sentido com o rompimento. O “custo da permanência” parece menor do que o “custo da saída”, visto que significa a ruptura de um “engajamento fusional total” (PUDAL, 2003, p.158) que pode ser determinado por um evento ou por uma mudança de percepção do indivíduo que, em geral, provoca um luto bastante difícil, como ocorre geralmente com padres e freiras quando deixam a vida religiosa (PUDAL, 2003, p.156).

O estar cotidianamente disponível às necessidades do Movimento, esse sentido de “devoção” a essa causa também era vivido pelos dirigentes agrícolas franceses oriundos da JAC (*Jeunesse Agricole Catholique*). Como descreve Maresca (1983), esses líderes do campesinato “rico” francês, invocavam sua “natureza”, sua personalidade e usavam metáforas médicas como “vírus” para explicar a importância que davam à sua vida pública, a seu engajamento. Esses dirigentes, responsáveis pela intensa modernização da agricultura naquele país, compartilhavam curiosamente de alguns valores semelhantes aos dos militantes do MST. No ambiente da JAC, que, guardadas as expressivas distâncias sociais, políticas e geracionais, pode ser considerada a Pastoral da Juventude francesa, trabalhava-se também com o método “ver, julgar e agir”, da Igreja Católica, e se valorizava profundamente o “espírito de serviço”. Para Maresca, esta disposição particular é provavelmente o produto de um trabalho de inculcação efetuado durante a infância, sobretudo na família e em escolas privadas católicas. No caso brasileiro, esse “espírito de serviço” foi transmitido por famílias e comunidades rurais em que a religião era onipresente. É importante ressaltar que, em geral, depois da formação primária feita em escolas locais, a única alternativa de garantir a continuação dos estudos dos filhos desses camponeses eram os seminários católicos.

A ideologia judaico-cristã do “chamado” e dos “eleitos” justifica em grande parte a sucessão de solicitações e serviços prontamente atendidos por esses jovens militantes que, ao optarem por esse caminho sem volta, confirmaram seu pertencimento a um “povo eleito” para construir um movimento social que representava os mais pobres entre os pobres do campo: os sem-terra.

Um ingrediente poderoso desse engajamento e despreendimento foi, sem dúvida, o “sonho”, como recorda José: “Nós tinha um sonho muito grande de mudança, de que as coisas iam acontecer mais rápido, né? No Brasil, então havia toda uma expectativa. Então eu tava muito à disposição. Vai pra lá, vem pra cá...”

Ele conta que, nessa época, ele não estava interessado em “ter nada em lugar nenhum”. Seu projeto era ficar sempre disponível para “viajar” pela organização, quando fosse necessário, como fez quando passou cerca de dois anos no Mato Grosso do Sul: “Aonde chegava, o Movimento

viabilizava lá um fogão, uma geladeira, um local de morar e pronto. Saía de lá, ficava pra alguém, ia pra outro canto e assim ia. Então era o que eu mais gostava.”

José confessa que, se fosse para ele decidir, teria ficado naquele estado e não voltado para Sergipe, pois “fez muita amizade” e já vinha até fazendo uma discussão com um grupo para serem assentados e construir uma cooperativa. “Mas aí, quando decidi, voltei”.²⁸ Novamente vê-se como esse “engajamento total”, fundamento do compromisso “revolucionário”, modelava as disposições desses militantes e as representações que eles faziam das condições políticas vividas naquele momento:

Nós era novo, não tinha muito conhecimento da realidade, da história do Brasil, das mudanças. Nós tava muito empolgado com uma possibilidade de revolução, de mudança no Brasil. Havia todo aquele clima a nível internacional ainda. Tinha um clima: socialismo, capitalismo, da força que tinha a questão socialista. Tinha a questão da Nicarágua que a gente tinha uma simpatia muito grande. Então havia toda uma expectativa. E tinha a questão do próprio PT, né? O PT era forte, continuava crescendo e com possibilidade de mudança. A gente acreditava na época. Quer dizer, a eleição de 89 foi a eleição bonita, ainda foi bonita, forte, de empolgar a militância.

Essa necessidade de “acelerar” as lutas no Nordeste, a sensação de que as mudanças estavam para acontecer, esse entrar em perspectiva histórica é um traço muito marcante do “estilo MST de militar”. Ele marcava os repertórios de ação, as escolhas políticas, as formas organizativas, os modos de sociabilidade e a vida pessoal desses militantes. Desse modo, também se estruturava o MST, gerando características do que ele veio a desenvolver a partir daí. Hoje, mais maduros, com mais conhecimento da “realidade, da história do Brasil” e da decepção com a política de reforma agrária do governo Lula, esses militantes ponderam em cima de “uma realidade meia sem perspectiva a médio prazo”. De qualquer modo, olhando os momentos iniciais do MST e o fato de terem tomado decisões “questionadas pelas assessorias, pelos intelectuais”, José deixa transparecer o que talvez seja o aspecto imponderável das crenças que tornam aspirações realidades:

Eu me lembro que, na região Nordeste, em todo encontro, você via a conjuntura sempre ruim, difícil de fazer. Todas as decisões nós tomava sozinho. Então eu também vejo a nível de realidade hoje que depende muito de decisões, tem que ter organização, mobilização, mas tem que ter decisões que correm às vezes o risco, né? Tem que arriscar às vezes, mas arriscar e fazer. As coisas só mudam se fazer.

²⁸ José foi chamado a voltar por conta de crises internas do MST no Sergipe, onde havia risco de dissidência ou divisão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGRIKOLIANSKY, Eric. “Carrières militantes et vocation à la morale: les militants de la LDH dans les années 1980 », *Revue française de science politique*, Paris, 51(1-2), p.27-45, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. Campinas: Papirus, 2005.
- BRENNEISEN, Eliane Cardoso. *Relações de poder, dominação e resistência*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- CALDART, Roseli S. *A pedagogia do movimento sem terra*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CHAVES, Christine A. *A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ UFRJ: Núcleo de Antropologia da Política, 2000.
- COLETTI, Claudinei. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Unicamp, Campinas.
- ELIAS, Norbert. *Le société des individus*. Paris: Fayard, 1991.
- ESTERCI, Neide. Sindicalismo e luta por terra. In: *Sindicalismo no campo: reflexões, balanços e controvérsias*. São Paulo. *Cadernos do CEDI*, 20, 1990.
- FERNANDES, Bernardo M. *A Formação do MST no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l’engagement individuel. *Revue Française de Science politique*, Paris, v. 51. n° 1-2, p.199-217, fêv.-avr., 2001.
- GAXIE, Daniel. Economie des partis et rétributions du militantisme, *Revue française de science politique*, Paris, 27 (1), pp. 157-188, 2005.
- GORGEN, Frei Sérgio. *O massacre da fazenda Santa Elmira*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- GRAMSCI, Antonio. A ciência política e o príncipe moderno. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1990, p.25-52.
- LERRER, Débora Franco. *“A degola” do PM pelos sem-terra em Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- MARESCA, Sylvain. *Les dirigeants paysans*. Paris: Les éditions de minuit, 1983.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- _____. *Reforma Agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2004.
- _____. *O sujeito oculto*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2003.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Historia dos movimentos sociais do campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil”. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p 189-232.
- NEVEU, Érik. *Sociologie des mouvements sociaux*. Paris: La Découverte, 2005.
- NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- PECHU, Cecile. Les générations militantes à Droit au logement, *Revue française de science politique*, Paris, 51, (1-2), p.73-103, 2001.

PEREIRA, José Roberto. Terras e reforma agrária. In: WOORTMANN, Ellen F. Brasília: UNB, 2004, p.209-253.

PUDAL, Bernard. *Prendre parti*. Pour une sociologie historique du PCF. Paris : Presses de la FNSP, 1989.

_____. *Érard Belloin, de l'engagement communiste à l'auto-analyse*. In: FILLIEULE, Olivier (Org). *Le désengagement militant*. Paris: Belin, 2005. p.155-169.

ROSA, Marcelo C. *O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SCHMITT, Claudia Job. *O tempo do acampamento: a construção da identidade política do colono sem-terra*. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SCOLESE, Eduardo. *Pioneiros do MST: caminhos e descaminhos dos homens e mulheres que criaram o movimento*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

YON, Karel. Modes de sociabilité et entretien de l'habitus militant. Militier en bandes à l'AJS-OCI dans les années 1970, *Politix*, 70, p.137-167, 2005.